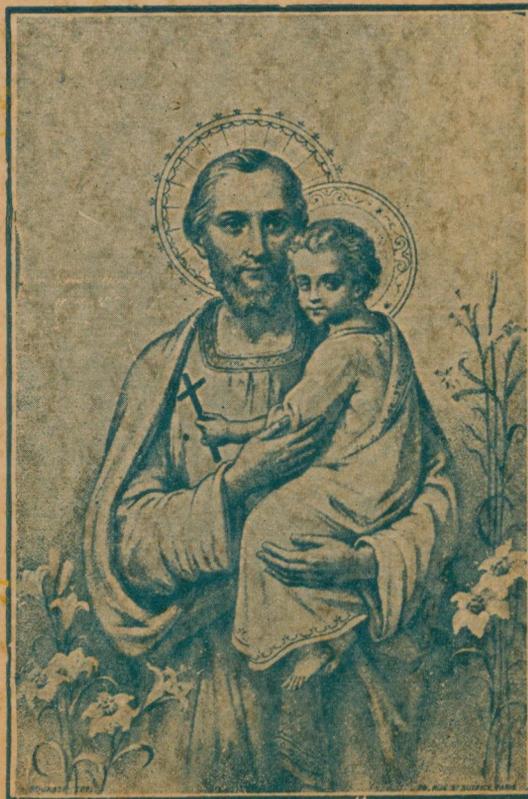


FRAGMENTOS
DA
HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA
DE
MOGI-MIRIM



BICENTENÁRIO
DA
PARÓQUIA
=

1751 - 1951

Ao caro Sr. Celso Campes,
 afetuosamente,
 D. M. M.

FRAGMENTOS
DA
HISTÓRIA ECLESIASTICA
DE
MOGI-MIRIM

1951

ANO BICENTENÁRIO

MOGI-MIRIM



DISTRITO — 1751 (1.º de Novembro)

MUNICÍPIO — 1769 (22 de Outubro)

CIDADE — 1849 (3 de Abril)

COMARCA — 1852 (17 de Julho)

HOMENAGEM FILIAL
DA
PARÓQUIA DE S. JOSÉ DE MOGI-MIRIM
NO
ANO BICENTENÁRIO DE SUA CRIAÇÃO,
AO
EXMO. REVMO. SR. D. PAULO DE TARSO CAMPOS
DD. BISPO DIOCESANO DE CAMPINAS
E
SINCERO RECONHECIMENTO
POR NOS TER PERMITIDO A PUBLICAÇÃO DOS
“FRAGMENTOS DA HISTÓRIA ECLESIASTICA DE MOGI-MIRIM”
COMO DELICADA REVERÊNCIA
AOS PÁROCOS DOS SÉCULOS PASSADOS
E ABRINDO A OPORTUNIDADE DE LEMBRARMOS
DOS QUE AQUI MOUREJARAM NA MESSE DO SENHOR,
NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX,
CULMINANDO COM A MEMÓRIA AINDA PALPITANTE,
DE MONS. MOYSÉS NORA.

MOGI-MIRIM, 1.º DE NOVEMBRO DE 1951



Interior da Igreja Matriz de São José de Mogi-Mirim

ADVERTÊNCIA PRÉVIA

Êstes fragmentos históricos foram coligidos em 1944, para o Arquivo diocesano de Campinas, sem intúitos de maior publicidade. Por isso mesmo não se cogitou de documentá-los com a citação das fontes de que foram hauridos e que são da mais variada procedência.

O Revmo. Cônego José Nardin desejou agora publicá-los em folheto, acreditando que êles possam servir para evocar alguma coisa das tradições religiosas desta boa terra, no festivo bicentenário da sua paróquia.

Anuindo às insistências do zeloso pároco de Mogi-Mirim, nada modificámos nestes fragmentos, que conservam a mesma feição original de simples fichas de Arquivo, às quais não atribuímos um valor que, de fato, não têm.

Campinas, 20 de julho de 1951

† PAULO DE TARSO

B. DE CAMPINAS

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA

DE
MOGI-MIRIM



I — A IGREJA MATRIZ

Mogi-Mirim é a mais antiga paróquia da diocese de Campinas e a segunda que se criou no oeste de São Paulo. Parece que desde 1611 já havia moradores nessa zona. E' o que consta de um inventário da fazenda de Gaspar Vaz, levantado nesse ano e tendo por avaliadores Francisco Vaz Coelho e Braz de Pina, todos mencionados como moradores da região.

É certo também que em fins do século 17 já existiam os primeiros inícios de uma povoação, com o estabelecimento de um pouso de bandeiras que demandavam as lavras de Cataguazes e de Goiaz. Por ali passou Bartolomeu Bueno da Silva, que obteve pouco mais tarde, em 1726, algumas sesmarias nas passagens dos rios Atibaia e Jaguari.

Entre os primeiros habitantes dessa região a tradição conserva também os nomes de Manuel Garcia Velho, Angelo Preto, Inácio Preto e Salvador Jorge de Moraes, que fizeram parte da expedição de Pascoal Moreira Cabral Leme, que penetrou pelos sertões de Goiaz em 1718, à conquista de índios.

Pode-se, portanto, supor com razão que em época remota já existisse nessas paragens a capelinha tósca que as bandeiras, sempre acompanhadas de seus capelães, costumavam levantar nesses pousos; mas, a primeira menção positiva de uma igreja em Mogi-Mirim remonta ao ano de 1747, quando por ordem de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, primeiro Bispo de São Paulo, assentam-se os primeiros alicerces da Igreja de São José, ainda sob a jurisdição paroquial de Mogi do Campo (Mogi-Guaçu).

E a primeiro de novembro de 1751, embora não estivesse de todo concluída, essa Igreja é solenemente benzida e inaugurada pelo Padre Mateus Lourenço de Carvalho, Arcediago do Cabido de

São Paulo e Governador do Bispado, em Séde Vacante. Nesse mesmo dia de Todos os Santos é erecta canonicamente a nova paróquia de Mogi-Mirim e nomeado o seu primeiro pároco — Padre Antonio Damaso da Silva, da illustre família dos Andrada e Silva.

Era Igreja muito modesta, de taipa e telha vã, sem sacristia, com um só altar, o da capela mór, a qual também era provisória e tôda de madeira. “Ainda não tem sacrário, diz o Padre Damaso, nem alampada mais que hua de latão, pequena e proporcionada a estes oratórios; e acha-se com pia bautismal, que é feita de pau, conforme a necessidade da terra.” E tudo isso fôra feito ali mesmo, inclusive os dois sinos, de 5 e 15 arrobas, fundidos em Mogi-Mirim, naquele ano de 1751. Em tôrno da Igreja, o pequeno muro de terra piloadada demarcando o adro, que nessa ocasião também foi benzido para servir de cemitério.

Como se vê, conquanto pequenina e pobre, a primitiva Igreja de São José representava um notável esforço para aqueles escassos povoadores do minúsculo arraial. Em 1754 fundam-se as duas confrarias de São José e de Nossa Senhora do Rosário dos pretos e 4 anos depois substituiu-se a capela-mór de madeira por outra de taipa; afinal, em 1768, pouco antes da elevação do povoado a vila, a matriz estava concluída. Foi assim que o Cônego Antonio José de Abreu, que nesse ano a visita, pode louvar o zêlo do pároco de então — Padre Inacio Francisco de Moraes, pelo bom estado em que se encontra a sua Igreja. Louva-o igualmente o visitador de 1773, Padre Firmiano Dias Xavier, que lhe deixa no livro Tombo estas expressivas palavras: “... ella (a Matriz) está muito boa, tem paramentos bons e pode servir de modelo à Igreja sua vizinha.”

E’ esta mesma Igreja, que terminada em 1768 e mais de uma vez restaurada ou ampliada no curso do tempo, vai atravessar 170 anos, acompanhando como sombra amiga e acolhedora o lento evolver de Mogi-Mirim, desde o pequenino arraial de 72 fogos até a populosa cidade de 1928.

Em 1801 Mogi-Mirim recebe a primeira visita pastoral do seu Bispo diocesano: era Dom Mateus de Abreu Pereira, quarto Bispo de São Paulo, que logo no início da sua administração percorria o vasto bispado, que compreendia também todo o sul de Minas. Veio de Ouro Fino e se deteve por alguns dias em Mogi-Mirim. Desta sua permanência na paróquia só nos restam alguns fragmentos do têrmo de provimento que deixou no livro Tombo, e por onde se vê que a Igreja estava mal provida e pobre de alfaias, bem como necessitava de urgente restauração no frontespício, já fendido e ameaçando ruir.

Esta reforma foi iniciada no paroquiato do Padre José Sabino de Oliveira e depois de várias intermitências, foi concluída em

1814. Além do frontespício ela atingiu também a capela mór e a sacristia, que, segundo parece, foram ampliadas nessa ocasião.

A Matriz de 1814 devia fazer boa figura naquele pequenino burgo mogimiriano que Saint Hilaire visitou em 1819 e que mais tarde, em suas impressões de viagens, havia de evocar assim: "Em 1819 compunha-se de duas ruas paralelas... As casas baixas, pequenas e na maioria construídas de varas cruzadas e uma terra cinzenta que lhes dá um aspecto triste. Não creio que o número delas fosse superior a cem."

São idênticas, quase as mesmas, as observações de d'Alincourt, engenheiro militar francês que por aqui passou nesse mesmo ano: "...as casas pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro, com duas ruas apenas, a do Comércio e a Direita, paralelas e mais a nova que principiava."

Felizmente, em seu regresso de Mato Grosso, em 1823, d'Alincourt pôde verificar que nesse espaço de cinco anos Mogi-Mirim havia prosperado a olhos vistos: "Acho a vila notavelmente aumentada, por haver concorrido a estabelecer-se nela grande número de pessoas vindas até de Minas Gerais, com alguns fundos, a fim de aproveitarem as abundantes matas da vizinhança para as plantações."

Data efetivamente dessa época o início do crescimento e da prosperidade de Mogi-Mirim. As construções rudimentares e frágeis do período colonial vão sendo substituídas por outras mais sólidas e elegantes; alarga-se o perímetro da vila, o comércio e a lavoura tomam grande incremento e a população se desdobra rapidamente. Afinal, a lei provincial de 3 de abril de 1849 eleva-a à categoria de cidade.

Desmembra-se a freguesia de Nossa Senhora da Penha (Itapira) em 1847 e Mogi-Mirim, com a nova divisão das circunscrições forâneas, torna-se a séde da décima Comarca Eclesiástica, compreendendo Mogi-Guaçu, Itapira, Amparo, Serra Negra e São João da Boa Vista. A Igreja Matriz entretanto, não acompanhou êsse ritmo de progresso: bem suficiente no comêço do século, tornara-se sobremodo exígua para os seus freguêses que, em 1850, já orçavam por 12.000 almas, pouco mais ou menos. Era urgente reformá-la novamente.

Reuniu-se a Câmara de Mogi com os elementos mais influentes do lugar, entre os quais o benemérito sacerdote português Monseñor Vieira Ramalho, então deputado à Assembléia Provincial, e obteve apreciável auxílio do Govêrno para a construção das torres. O mais, dizia-se, seria levado a têrmo pela fé e generosidade do próprio povo. O certo é que êsse trabalho iniciado aí por 1851, du-

rou pouco tempo e em 1857 as obras estavam paralizadas e o templo mal abrigado das intempéries.

Foi quando, procedente do sul de Minas, chegou a Mogi-Mirim o sexto Bispo de São Paulo Dom Antonio Joaquim de Melo, que ali se demorou por alguns dias, em visita pastoral. Era isso logo após à violenta epidemia de varíola que assolou a Cidade naquele ano; e à desolação geral correspondia também o estado de quase abandono em que jazia a centenária Matriz de São José.

E Dom Antonio Joaquim de Melo lança a idéia de se construir uma nova e mais ampla Matriz, de acôrdo com o desenvolvimento e as necessidades da paróquia. No livro Tombo deixou estas palavras: "Lamentamos o estado da Matriz que, como está, não serve; para reedificá-la se gastaria muito, ficando assim mesmo sem proporção com a freguesia de Mogi-Mirim."

Foi organizada uma comissão de pessoas influentes, mas a tentativa de uma nova Igreja não vingou; a Igreja foi ampliada e teve o acabamento das reformas iniciadas em 1851. É interessante consignar que nessa ocasião Dom Antonio deixou a quantia de 300 mil réis como auxílio para a aquisição de uma nova Pia batismal, de mármore, que deveria substituir a de madeira, relíquia ainda da primitiva Igreja.

Uma nova restauração é feita entre 1882 e 1886 por determinação de Dom Lino Deodato de Carvalho, oitavo bispo de São Paulo, que neste tempo visita a paróquia de Mogi-Mirim.

E, assim, a primeira Igreja do Padre Antonio Damaso da Silva, inaugurada em 1751, restaurada e ampliada algumas vezes, serviu durante quase dois séculos, até ser demolida definitivamente em 1928, quando, por determinação de Dom Francisco de Campos Barreto e no paróquiato de Monsenhor Moisés Nora se iniciou, na mesma praça e a pequena distância da primeira, a construção da nova e imponente Matriz, solenemente benzida e inaugurada a 19 de março de 1943.

Era o que dizíamos nos dados coligidos em 1944. Podemos hoje acrescentar que estava reservada ao Cônego José Nardin a árdua e honrosa tarefa de concluir o grandioso monumento que o povo de Mogi-Mirim dedica ao excelso Padroeiro da Cidade, na auspiciosa comemoração do segundo centenário da criação de sua paróquia.

E Mogi-Mirim bem merecia êste templo grandioso, um dos mais notáveis do nosso Estado: merecia-o não sómente pelas tradições de fé e generosidade do seu povo, mas ainda porque foi ali naquela praça histórica, quando não passava de simples clareira aberta na mata bravia que fechava todo o oeste de São Paulo, que se ergueu o primeiro altar e se celebrou a primeira Missa dentro da vasta circunscrição que hoje compõe a diocese de Campinas.

II — ANTIGOS PÁROCOS

1. PE. DR. ANTONIO DAMASO DA SILVA.

— 1751

Nasceu em Santos, no primeiro quartel do século 18, filho de Baltazar do Monte Carmelo e Silva e de Laura de Oliveira.

Seu avô paterno — Baltazar da Silva Borges (da freguesia de Santa Clara do Torrão, Bispado do Pôrto), transferiu-se em fins do século 17 para Santos, onde prosperou rapidamente no comércio e onde sua filha — Ana da Silva Borges veio a casar-se com o Coronel José Ribeiro de Andrade, avô de José Bonifácio de Andrada e Silva. Daí se conclue que o primeiro pároco de Mogi-Mirim era parente próximo do Patriarca da nossa Independência.

Por essa mesma razão eram também seus primos os ilustres sacerdotes irmãos João Floriano, Tobias Ribeiro e José Bonifácio, todos êles laureados em Coimbra: o primeiro tornou-se conhecido pelos seus gostos literários; o segundo, de acôrdo com os nossos cronistas, foi o primeiro médico nascido na velha Capitania de São Paulo e o terceiro foi reputado como canonista de grandes méritos.

Tendo terminado em Santos o curso de gramática no antigo Colégio de São Miguel, dos padres jesuitas, veio o Padre Damaso para São Paulo onde em 1746, no Colégio dos mesmos padres desta Cidade, obteve a láurea de "Mestre em Artes". Nesse mesmo ano inicia o seu processo canônico e ordena-se presbítero em 1748.

E' muito provável, portanto, que a primeira paróquia regida pelo Padre Damaso tenha sido a de Mogi-Mirim, criada em 1751 e da qual êle toma posse a 1.º de novembro dêsse mesmo ano, dia em que se benzeu e se inaugurou solenemente a Matriz de São José.

O paroquiato do primeiro pároco foi de duração muito curta, visto como no ano seguinte (1752) já ali encontramos o seu substituto — Padre Antonio Xavier de Matos. Supomos que o Padre Damaso tivesse falecido antes de 1777, já que o seu nome não é mencionado no catálogo geral da diocese desse ano, organizado por Dom Frei Manuel da Ressurreição, terceiro bispo de São Paulo e publicado no volume IV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

2. PE. ANTONIO XAVIER DE MATOS.

— 1752

Foi o segundo pároco de Mogi-Mirim. Era filho de Gaspar de Matos e de Maria Nogueira da Cunha e nasceu em São Paulo em 1712. Funcionou como juiz no seu processo de ordenação, concluído em 1751, o Arceidiago do Cabido de São Paulo Dr. Mateus Lourenço de Carvalho, o mesmo que viera a Mogi-Mirim a fim de presidir às cerimônias da bênção e inauguração da Matriz de São José.

Logo após a sua ordenação foi nomeado pároco de Mogi-Mirim, onde se demorou pouco tempo. Foi por duas vezes vigário de São Sebastião, no litoral de São Paulo e de 1774 a 1775 regeu a paróquia de Santos. Em 1777, conforme a relação do bispo de São Paulo, encontrava-se em Ubatuba, merecendo de Dom Frei Manuel da Ressurreição as elogiosas referências de sacerdote “douto, zeloso e muito exemplar”.

3. PE. VITAL GOMES FREIRE.

— 1758

Em 1756 era nomeado coadjutor da paróquia de Iguape, onde prestou cooperação muito eficaz ao vigário colado Padre Antonio Ribeiro, nessa época já bem idoso e alquebrado de fôrças. De Iguape foi transferido para Mogi-Mirim, onde o encontramos desde 1758.

A 7 de agosto de 1763 tomava posse da paróquia de São Vicente, que regeu até 15 de julho de 1768, dia em que faleceu na vila de Santos. O Padre Vital Gomes foi sepultado em sua Igreja Matriz de São Vicente, junto do presbitério, ao lado do Evangelho, conforme nos diz o seu termo de óbito.

4. PE. DR. JOSÉ XAVIER DE TOLEDO.

Parece que o quarto pároco de Mogi-Mirim foi o Padre Xavier de Toledo. Nascido em Santos, em 1737, ordenou-se em 1760, tendo pertencido à última geração de discípulos dos padres jesuitas, no Colégio São Miguel, de Santos. Como se sabe, êsse Colégio se fechou em 1759, com a expulsão daqueles religiosos, ordenada pelo Marquês de Pombal.

Quase que únicos detentores da alta instrução no Brasil, com os seus 17 colégios e seminários, nos quais se ministrava desde o curso de letras humanas e artes até o de Teologia e Ciências sagradas, a expulsão dos jesuitas determinou lamentável decadência de nível cultural em nosso país, nos fins do século 18 e começos de 19.

“Enxotados os jesuitas, assim se exprime Taunay em “Est. de História Paulista”, com isso sofreu imenso a instrução no Brasil.”

Laureado pelo antigo Colégio de Santos ou pelo de São Paulo “Mestre em Artes” — título que equivalia ao de “Doutor em Filosofia” na moderna organização do ensino superior, o Padre Xavier de Toledo era dos raros letrados do seu tempo.

Refere o Visconde de São Leopoldo (afilhado de crisma do Padre Xavier de Toledo), que no seu tempo de estudante em Santos — é ainda uma citação de Taunay — nas imediações de 1790, uma única pessoa havia ali capaz de ler o francês: essa era o vigário colado Cônego José Xavier de Toledo, antigo discípulo dos jesuitas e tido como o homem de maiores luzes do lugar. Êsse, pois, foi talvez o mais notável dentre os antigos párocos de Mogi-Mirim.

Se bem que não conste dos Registros paroquiais, em cujo Arquivo quase nada se encontra do primeiro século, é certo que Xavier de Toledo foi pároco dessa freguesia, conforme o testemunho do próprio Bispo de São Paulo, na citada relação geral apresentada à Rainha de Portugal, em 1777. Nesse documento apresenta-o o terceiro bispo de São Paulo como vigário de São João de Atibaia, tendo antes paroquiado em Mogi-Mirim e no Curato da Sé e lhe acrescenta em seguida estas referências que muito recomendam a memória do Pe. Xavier de Toledo: “Clérigo douto, com aproveitamento grande no estudo da Teologia Dogmática e Moral, edificante pregador, bem morigerado e exemplar.”

Em 1778 transfere-se de Atibaia para São Paulo, onde passa a ocupar uma das cadeiras do Cabido da Catedral e em 1781 é nomeado pároco de Santos, onde teve ocasião de se tornar o preceptor e padrinho do futuro Visconde de São Leopoldo. Foi pároco de Santos por espaço de 30 anos, até que em 1811 deixa a administração da paróquia para assumir as funções de vigário da vara e nesse cargo falece a 25 de fevereiro de 1813, com 76 anos de idade.

Pelo lado paterno provinha em linha direta de Antonio Rodrigues de Alvarenga, um dos primeiros povoadores de São Vicente e contava entre os seus ascendentes com Francisco Leme Matoso, chefe dos mais destacados na conquista dos Palmares e Manuel de Lemos Conde (seu bisavô) — o descobridor das minas de prata de Paranaguá.

Pela linha materna era descendente direto de Simão de Toledo Pisa que, segundo Pedro Taques, tomou parte, no posto de capitão, na memorável batalha de Lepanto, em 1571, sob o comando de Don João da Austria.

5. PE. ANTONIO DO PRADO DE SIQUEIRA.

— ENTRE 1760 E 1797

O Padre Siqueira foi vigário de Mogi-Mirim por duas ou três vezes, entre os anos de 1760 e 1797. A escassês de documentos não nos permite fixar a cronologia exata dos seus paróquiatos.

Nascido no Bispado de São Paulo em 1737, já em 1760 aparece como vigário de Mogi-Mirim; anos depois encontrava-se em Mogi-Guaçu e em 1777 o relatório do Bispo de São Paulo o apresenta como vigário de Mogi-Mirim, novamente. Afastado da paróquia por algum tempo, a ela retorna pela terceira vez, em fins do século 18.

Mais de uma vez o Padre Siqueira sofreu injustas acusações da parte de Martim Lopes Lobo Saldanha, Capitão General da Capitania, conforme consta de officios encontrados na coletânea de cartas de Martim Lopes, publicada no vol. 43 de "Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo".

Num dêesses officios, sendo o Padre Siqueira vigário da paróquia e da vara, exige dele o Capitão General que tome providências de ordem canônica contra o Padre Ivo José Gordiano, vigário de Mogi-Guaçu e subordinado à comarca eclesiástica de Mogi-Mirim. O Padre Siqueira não o atendeu porque tratando-se de ação privativa do fôro eclesiástico, só lhe cumpria receber ordens do seu Prelado diocesano. Exasperado, recorre Martim Lopes ao Bispo de São Paulo, acusando de prepotente ao antigo vigário de Mogi-Mirim.

Não sabemos o que resultou dêste incidente. O que sabemos é que o famigerado Martim Lopes Lobo Saldanha, que governou São Paulo entre 1775 e 1782, é fartamente conhecido nos anais da Capitania pela sua truculência e pelas suas manias anticlericais. A coleção de suas cartas, a que aludimos atraz, dá bem a medida do seu caráter intrigante e atrabiliário. Nem foi sem razão que, em comentário a uma dessas cartas, Djalma Forjaz o qualifica de "inepto e prepotente".

Mais valor que as caprichosas alegações do Capitão General, haviam de ter, certamente, as elogiosas referências que o Padre Siqueira recebeu, tanto do Visitador diocesano — Pe. Firmiano Dias Xavier, de passagem por Mogi-Mirim em 1773, como do próprio Bispo de São Paulo, que o tinha em conta de "sacerdote sábio e zeloso".

Em artigo evocativo da primeira Missa de Campinas, publicado na Rev. do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo (vol. XL, 328) o Dr. Ricardo Daunt tece interessantes considerações sobre êste vigário de Mogi-Mirim, presente àquela solenidade, e que aqui reproduzimos: "Entre os sacerdotes que assistiram (à primeira

Missa) estavam Frei Antonio de Padua Teixeira... e o Padre Antonio Ribeiro do Prado Siqueira, vigário colado de Mogi-Mirim, sacerdote ilustrado, filho de Parnaíba, que já visitara a Europa, tendo ido depois beijar a mão ao seu tio e benfeitor, o grande paulista Padre Angelo Ribeiro do Prado Siqueira, autor de dois livros ascéticos, e Missionário Apostólico, a quem veio encontrar na cidade de Tuy, na Galiza, cercado da veneração do Bispo e do povo, e com êle regressou ao Brasil. O Padre Prado depois renunciou à vigararia de Mogi-Mirim e residiu por algum tempo em Campinas, sendo sem dúvida um elemento de civilização e moralidade para a nova povoação. Por último retirou-se para Salto de Itú, como capelão e lá jaz enterrado.”

6. PE. INACIO FRANCISCO DE MORAIS.

— 1766 - 1769

Nascido em São Paulo em 1737, filho de Francisco Antonio Baruel e de Mariana do Monte do Carmo. Durante o seu paróquia-to em Mogi-Mirim foi que se concluiu a primitiva Matriz de São José, em 1768. Recebeu então a visita canônica feita pelo Cônego Antonio José de Abreu, sendo Vigário Capitular de São Paulo o Cônego Manuel José de Vaz.

O Visitador teve boa impressão da Igreja e louva o zelo do seu pároco. O Padre Inácio de Moraes é mencionado na relação de Dom Manuel da Ressurreição como vigário de Araritaguaba (Pôrto Feliz) em 1777, recebendo daquele prelado lisongueiras referências: “Estudou bem Filozofia e Theologia, sabe bem a Moral, préga com aceitação, é bem morigerado e zeloso”.

7. PE. JOSÉ RODRIGUES BUENO.

— 1770

Filho do Tenente Francisco Bueno de Camargo e de Maria Leme, nasceu em São Paulo no ano de 1727. Iniciou o seu processo canônico em 1751, tendo-se ordenado presbítero um ou dois anos depois e obtendo também a láurea de “Mestre em Artes”, provavelmente no Colégio dos padres jesuitas de São Paulo.

O Padre Rodrigues Bueno, pelo lado paterno prende-se à família dos Camargo, que tem por tronco a Giusseppe Camargo, natural de Castela e que veio para São Paulo na última metade do século 16 e aí gosou de grande prestígio. Os descendentes dêste Camargo conservaram o mesmo prestígio, disputando por muito tempo com as melhores famílias de São Paulo os altos cargos da administração pública.

Nesta ascendência do Padre José Rodrigues Bueno avulta a fi-

gura de Fernando de Camargo, cognominado "o Tigre", que capitaneou a expedição armada contra as reduções jesuíticas de Guairá e o movimento que culminou na expulsão dos padres da Companhia, de São Paulo, empenhados obstinadamente na defesa da liberdade dos índios.

Fernando de Camargo foi ainda o chefe naquelas lutas prolongadas que a sua família sustentou contra a dos Pires e que encheu de lances dramáticos um largo período da história paulista dos tempos coloniais.

O Padre Rodrigues Bueno foi vigário da paróquia e da vara de Mogi-Mirim aí pelos anos de 1770 e 1771. Durante o seu paróquiato foi a paróquia visitada canonicamente por Policarpo de Abreu Nogueira, com faculdades especiais do Vigário Capitular Padre Dr. Mateus Lourenço de Carvalho. Em 1777 o Padre Rodrigues Bueno encontrava-se na paróquia de Itajubá.

8. PE. JOSÉ PAES DE ALMEIDA LEME.

— 1776 - 1777

O Padre José Paes era natural de Sorocaba, onde foi batizado a 19 de agosto de 1743 pelo seu parente Padre Braz de Almeida Lara. Parece que o primeiro cargo que ocupou foi o de Coadjutor de sua terra natal, de 1770 a 1774, sob o paróquiato do Padre Manuel de Sá Bicudo. Daí passou-se para a paróquia de Faxina, onde permaneceu até 1776, quando foi transferido para Mogi-Mirim.

O Padre Almeida Leme, entretanto, pouco se demorou na paróquia de Mogi-Mirim, visto como já em fins de 1777 o bispo de São Paulo, no relatório geral daquele ano, o menciona como residente em Sorocaba, sem cura de almas.

Era filho de Francisco de Almeida Leme e de Izabel Paes de Faria, naturais também de Sorocaba. Entretanto, Silva Leme (Geneal. Paul., VI, 218) o apresenta como filho de Francisco Paes de Mendonça e de Izabel de Proença. Parece que há nisso um equívoco do benemérito linhagista, visto como a filiação que apresentamos nós a extraímos do próprio processo de ordenação do Padre Almeida. A ser exata a versão de Silva Leme, o oitavo pároco de Mogi-Mirim seria descendente direto de Braz Cubas, fundador de Santos.

9. FREI JOSÉ DE JESUS MARIA DO DESTÊRRO.

- 1776 -

Frei José de Jesus nasceu na cidade do Pôrto e iniciou o seu noviciado no convento franciscano de São Boaventura, aos 21 de agosto de 1769. De 1774 a 1784 desempenhava o cargo de passante para os estudos no convento de São Francisco de São Paulo. Foi durante êsse período que os seus superiores o teriam enviado a Mogi-Mirim a exercer, embora por curto prazo, o cargo de vigário da paróquia, talvez vigário interino.

E' verdade que o "Elenco biográfico dos religiosos da Provincia Franciscana do Brasil", do qual extraímos estes dados, não menciona a presença de Frei José em Mogi-Mirim; todavia, parece fora de dúvida que o Frei José de Jesus Maria do Destêrro, que aparece como vigário em antigos registros da paróquia, é o mesmo apontado no Elenco, sob o número 688.

Com efeito, a identidade perfeita do nome e da época e mais a circunstância de que naquele tempo os padres franciscanos frequentemente exerciam o munus paroquial, tudo isso nos autoriza a aceitar aquela conclusão. E' interessante observar que, quase no mesmo ano, eram também franciscanos — Frei José do Monte Carmelo de Siqueira e Frei Tomé de Jesus, que exerciam as funções de vigário tanto em Campinas como em Piracicaba.

Frei José de Jesus, deixando a paróquia de Mogi-Mirim em fins de 1776 ou princípios de 1777, retorna ao convento de São Paulo, donde é enviado como Comissário dos terceiros franciscanos de Paranaguá, em 1782. Superior da aldeia de São Miguel, guardião do convento do Valongo, em Santos, é removido em 1792 para o Rio de Janeiro, com funções de guardião do convento de Santo Antonio. Eleito Provincial mais de uma vez, volta, afinal, para o convento de Santos, onde falece a 14 de junho de 1825, com mais de 80 anos de idade e 64 de vida religiosa.

Frei José de Jesus está ligado ao martírio de Tiradentes, ao qual prestou os últimos socorros espirituais, quando, em 1792, desempenhava as funções de guardião do convento do Rio de Janeiro. Acompanhou o condenado até o patíbulo e o confortou desveladamente.

Tiradentes suplicara que lhe abreviassem o mais possível aquele transe de agonia; não o compreendeu, infelizmente, o nosso Frei José e, levado de zêlo imprudente, sobe ainda os degraus do patíbulo para derramar-se em longo sermão sôbre a misericórdia de Deus e sôbre... a clemência da rainha. Positivamente, não foi feliz o pregador. E' o que afirma Rocha Pompo e reconhecem o Padre Galanti e o próprio Frei Raimundo de Pennafort, compa-

nheiro de Frei José e que escreveu algumas notas sôbre os últimos momentos do mártir da Inconfidência.

Seja como fôr, não será êsse deslize passageiro que há de ensombrar a memória veneranda do antigo vigário de Mogi-Mirim, que durante mais de 60 anos desempenhou com muito zêlo e prudência os mais elevados cargos da ordem franciscana, na Província brasileira da Imaculada Conceição.

10. PE. JOÃO SABINO DE OLIVEIRA.

— 1796 - 1823

Nascido e batizado em São Paulo em 1773, era filho de Antonio Sabino de Oliveira e de Francisca Maria Esteves. Iniciou o seu processo de habilitação para as ordens sacras em 1788, ainda ao tempo de Dom Manuel da Ressurreição; paralizado com o falecimento do Bispo de São Paulo, êsse processo seguiu novamente os seus trâmites em 1791.

Apenas ordenado presbítero, o Padre João Sabino é nomeado vigário de Mogi-Mirim, em 1796, com 23 anos de idade. A princípio pároco amovível, tornou-se depois colado, em 1801, por Dom Mateus de Abreu Pereira, que nesse ano visita a paróquia de Mogi-Mirim. O seu paroquiato se prolonga até 1823, abrangendo uma época de grandes transformações políticas no país.

Data também do seu paroquiato, naquele período de 1819 a 1823, conforme o depoimento do célebre viajante francês d'Alincourt, o início das grandes transformações por que iria passar o vilarejo colonial de Mogi-Mirim, com grande aumento e renovação dos seus prédios, com a multiplicação das suas ruas e com o notável aumento da população que afluía incessantemente, maximé do sul de Minas.

Pouco antes também havia sido ampliada e restaurada a Igreja Matriz; essa reforma que durou vários anos não atingiu apenas o frontespício do Templo, que ameaçava ruir, mas a Igreja tôda, com apreciável aumento da capela mór e da sacristia.

Em 1823, após um longo paroquiato, o Padre João Sabino se retira de Mogi-Mirim, não sabemos com que destino.

11. PE. FRANCISCO EMIDIO DE TOLEDO.

— 1823

Consta que nasceu em São Paulo e que em 1820 se sujeitava a exame de Teologia perante o Padre Joaquim Antonio Saldanha. Como se vê, logo após a sua ordenação, em 1822, o Padre Emidio era designado para Mogi-Mirim, onde aliás se demorou apenas alguns meses. Em 28 de setembro de 1822 e representando o clero de São Paulo, assina o manifesto dirigido à Câmara da Côrte do Rio de Janeiro, solicitando a permanência do príncipe Dom Pedro no Brasil, investido de tôdas as atribuições do poder executivo.

Em 1826 o Padre Emidio é nomeado pároco de Itú e ali permanece até o ano de 1832. A êle se refere F. Nardy, em nota para "O Estado de São Paulo" de 16 de fevereiro de 1946: "O Padre Francisco Emidio de Toledo era um sacerdote virtuoso e ilustrado e foi um bom pároco, conquistando por suas virtudes e saber a estima dos ituanos. Patriota ardente, encontramos o seu nome em tôdas as magnas reuniões do povo paulistano por ocasião das grandes festas em regozijo da nossa emancipação política..."

12. PE. FRANCISCO DE PAULA TEIXEIRA.

— 1823 - 1827

Nascido em Jacaréí, no último quartel do século 18, foi batizado em Mogi das Cruzes, sendo filho de Felix de Souza Teixeira e de Ana Maria de Santana. Iniciou o seu processo "de genere et moribus" em 1797. Apresentado pelo Imperador Pedro I e provisionado por Dom Mateus de Abreu Pereira, tomou posse da paróquia de Mogi-Mirim como vigário colado a 7 de março de 1823. Era também vigário da vara da Comarca e Comendador da Ordem de Cristo.

13. PE. MANUEL JOSÉ FERNANDES PINTO

— 1832

Nasceu em São Paulo e foi batizado na Igreja da Sé, a 4 de fevereiro de 1776 pelo coadjutor Padre Ivo José Gordiano. Era filho de Antonio José Pinto, do Arcebispado de Braga e de Maria Fernandes da Conceição, de São Paulo.

Em seu processo de habilitação às ordens sacras e como recomendação de sua piedade e de suas boas disposições para o sacerdócio, alega que em pequeno fôra acólito da Catedral de São Paulo. Em 1832 o encontramos paroquiando em Mogi-Mirim, onde, ao que parece, permaneceu apenas alguns meses.

No ano anterior estivera em Campinas, como pároco da Con-

ceição, cargo para o qual retornou ao deixar a freguesia de Mogi-Mirim; mas em Campinas também, tanto da primeira como da segunda vez, pouco se demorou no exercício das funções paroquiais.

Escrevendo sôbre os párocos de Campinas, Benedito Otavio assim se refere a êste sacerdote: "Pe. Manuel José Fernandes Pinto, empossado a 8 de outubro de 1831, segundo documentos do arquivo da Câmara. Dêste sacerdote, que aliás paroquiou pouco tempo, tendo deixado o cargo no ano seguinte, sabemos só que residia há muito na vila e que após a sua morte o povo criou uma lenda a seu respeito."

14. PE. MARTINHO ANTONIO BARRETO.

— 1833

Natural de São Sebastião, foi ali batizado a 13 de julho de 1803. Era filho de Marcos Antonio Barreto e de Maria Lina de Santana. Tanto os seus pais como os seus avós paternos e maternos eram todos naturais de São Sebastião.

Ainda bem moço, transferiu-se Martinho Barreto com a sua família para Mogi-Guaçu, onde adquiriu terras de lavoura e um engenho de açúcar, que irão depois constituir o seu patrimônio de ordenação.

E' sabido que nos princípios do século 19 houve intensa emigração de famílias sebastianenses para as cidades e vilas do planalto. A notável prosperidade que em épocas passadas e mórmente em fins do século 18 caracterizou as povoações litorâneas, foi subitamente paralizada, quando em 1787 o capitão general Bernardo José de Lorena baixou ordens terminantes para que tôdas as embarcações que zarpassem dos portos do litoral, fizessem escala pelo porto de Santos, onde seriam gravadas de pesadíssimos tributos.

Êsse decreto que tanto beneficiava o pôrto de Santos, até então abandonado e sem vida, foi também o golpe de morte sôbre todos os outros escoadouros do litoral da Capitania: cessando todo o interêsse pela exportação, cessou o comércio, as lavouras foram sendo abandonadas e começaram as correntes emigratórias para o planalto.

Foi nesse tempo e pelas mesmas razões que a família Barreto abandonou São Sebastião, indo parte dela cultivar as terras férteis do Mogi-Guaçu e outra parte para as novas culturas que a êsse tempo se iniciavam nas zonas hoje pertencentes a Rio Claro e Limeira. Em 1832, atraído talvez pelos seus parentes, o Padre Barreto se encontra em Limeira, servindo de capelão curado à capela das Dores e tornando-se logo depois o primeiro vigário da paróquia,

creada por decreto de 9 de dezembro de 1832, sob o patrocínio de Nossa Senhora das Dores de Tatuibí.

O Padre Martinho Barreto foi depois vigário de Mogi-Mirim, em 1833, coadjutor do 12.º vigário de Campinas — Pe. Joaquim Anselmo de Oliveira entre 1833 e 1834 e, finalmente, aparece, em 1852, como vigário da paróquia de Itapira.

15. PE. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA BRAZEIROS.

— 1834

Dêste sacerdote a única notícia que pudemos obter e que colhemos na Rev. do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo, 1922, p. 427, foi que na vereança de 28 de setembro de 1822, o Padre Brazeiros, juntamente com outros elementos representativos das várias classes sociais de São Paulo, assina um manifesto dirigido à Câmara da Côrte solicitando a permanência do príncipe Dom Pedro no Brasil, com tôdas as prerrogativas do poder executivo.

16. PE. FRANCISCO MANUEL MALAQUIAS.

— 1834 - 1835

Foi primeiramente Cônego da Catedral de São Paulo, tomando posse da sua cadeira a 4 de maio de 1831. Renunciando ao canonicato, foi nomeado vigário de Mogi-Mirim. Regeu a paróquia por espaço de dois anos, continuando a residir depois nessa Cidade, onde veio a falecer em 1842.

17. PE. JOSÉ MARIA CARDOSO DE VASCONCELOS.

— 1843 - 1881

Era filho de Claudio José Cardoso e de Maria Joaquina Leite de Vasconcelos, nascido a 21 de dezembro de 1811 na freguesia de Rossas, Arcebispado de Braga, onde fêz os seus estudos eclesiásticos e recebeu tôdas as ordens menores.

Transferindo-se para São Paulo, foi admitido às ordens sacras por Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, em 1839. Em 1843 já se encontra em Mogi-Mirim, cuja paróquia administrou por espaço de quase 40 anos, ali falecendo em 1881.

Em ofício de 23 de outubro de 1843, o Presidente da Província de São Paulo — Manuel da Fonseca Lima e Silva — o suspende das funções paroquiais, sob a alegação de que o Padre Vasconcelos havia cometido arbitrariedades funcionando como membro da junta eleitoral apuradora daquele distrito; ao mesmo tempo cientifica desta sua providência ao Bispo Diocesano, a quem solicita a nomeação de um substituto ao Padre Vasconcelos.

Não concordando com essa atitude, Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade responde ao Presidente da Província que não era certo esse direito que o mesmo se arrogava de destituir párocos colados, e que ainda quando o fosse, a suspensão nunca poderia atingir o uso das funções meramente eclesiásticas. "Esta é a razão pela qual resolvi officiar ao Governo de S. Majestade Imperial e à Assembléa Legislativa e sômente depois da decisão desta deliberação o que fôr de justiça". E terminava dizendo que o pároco de Mogi-Mirim fôra sempre fiel e zeloso no cumprimento de suas obrigações.

Durante o seu longo paroquiato o Padre Vasconcelos recebeu duas visitas pastorais: a de Dom Antonio Joaquim de Melo, em 1857, e a de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, em 1882. Dom Lino aí estêve uma segunda vez, em 1886, mas apenas de passagem para Mocóca.

Ambos determinaram medidas imediatas para a restauração da Matriz, já bastante deteriorada na metade do século. Dom Antonio chegou mesmo a nomear uma grande comissão para êsse fim; mas passada a visita e arrefecidos os entusiasmos, continuou a velha Matriz, com alguns retoques apenas, a servir até 1928.

Ao paroquiato do Padre Vasconcelos se prende a figura interessante de Monsenhor João José Vieira Ramalho. Monsenhor Ramalho não exerceu funções paroquiais, mas residiu durante muitos anos na Cidade ou numa fazenda que possuía entre Mogi-Mirim e Amparo, auxiliando ao Padre Vasconcelos e identificando-se com os interesses da terra.

Português de nascimento, tendo vindo para o Brasil, provavelmente com o Padre Vasconcelos, Monsenhor Ramalho fixou residência primeiramente em São Paulo e depois em Mogi-Mirim, onde residiu longa parte de sua vida e onde veiu a falecer. Sacerdote ilustrado e tido na conta de bom orador, foi eleito várias vêzes para a Assembléa Provincial.

Durante a revolução de 1842 organizou e manteve à sua custa um numeroso corpo de armas, com o qual obstou a irrupção da revolta em vários pontos da Província, colocando-se pessoalmente à frente das suas tropas. Monsenhor Ramalho foi nomeado para reger o curato de São João da Boa Vista, por Dom Manuel Gonçalves de Andrade. Êsse curato, depois paróquia, teve por orago a São João devido às insistências de Monsenhor Ramalho, que assim desejou prestar homenagem ao seu padroeiro.

A 8 de abril de 1824, no Paço Municipal de São Paulo, juntamente com os vereadores, representantes do clero e de tôdas as classes sociais, assina o têrmo de juramento de fidelidade ao projeto de Constituição apresentado pelo Imperador Pedro I. Eleito

deputado à Assembléa Geral nas 8.^a e 9.^a legislaturas, foi depois escolhido senador na vaga de Francisco de Paula Souza e Melo; entretanto, não chegou a tomar posse do seu alto mandato, por haver falecido a 26 de junho de 1853. Era também condecorado com o officialato da Ordem Imperial do Cruzeiro.

18. PE. LUIZ ANTONIO DE ALVARENGA.

— 1847

Substituiu por algum tempo ao Padre Vasconcelos, como encarregado da paróquia. Nasceu em Taubaté, em cuja Matriz foi batizado a 13 de janeiro de 1812, filho de João José Alvarenga e de Ana Francisca da Anunciação.

Candidato às ordens sacras, concluiu os seus estudos eclesiásticos nos cursos mantidos a êsse tempo em São Paulo pelos Padres Leão José Sena, Inacio Rodrigues Bernardes e Joaquim Anselmo de Oliveira; êste último, que já tinha sido pároco de Campinas, era Cônego e Arcipreste do Cabido de São Paulo, sacerdote de grande ilustração e mantinha na Sé de São Paulo um curso de Teologia Moral destinado aos aspirantes do sacerdócio.

As primeiras diligências do seu processo datam de 1838; nessa ocasião o Bispo de São Paulo — Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, impõe-lhe como condição que assine um têrmo de compromisso pelo qual, uma vez ordenado, irá paroquiar em Ubatuba. Cremos todavia que o Padre Alvarenga foi posteriormente dispensado dêsse compromisso, visto como não consta tenha sido vigário daquela freguesia litorânea. O que consta é que foi vigário de Itapira em 1852, de onde dirige uma petição à Curia diocesana solicitando a devolução de documentos que enviára àquela Repartição eclesiástica, candidatando-se a uma cadeira vaga no Cabido da Catedral.

O Padre Alvarenga era irmão dos padres Manuel Francisco e Antonio Silverio de Alvarenga e serviu na paróquia de Mogi-Mirim durante um ano ou pouco mais. Depois dêle volta novamente o Padre Vasconcelos, cujo paroquiato, como vimos, se prolonga até 1881.

19. PE. JOÃO EBOLI.

— 1881 - 1886

Depois de haver sido por largos anos coadjutor do Padre Vasconcelos, o Padre Eboli o substitue na paróquia de 1881 a 1886. Era sacerdote italiano, ordenado em sua diocese de origem. Antes de ser nomeado coadjutor em Mogi-Mirim, tinha exercido cargo idêntico em Campinas, ao tempo em que o Padre Joaquim José Vieira era o vigário da Conceição.

Aparece por vezes nos registros de Serra Negra e Itapira. Consta, por fim, que regressando à Itália, faleceu em viagem.

20. PE. JOSÉ ESTEVÃO FERREIRA.

— 1892

Foi durante alguns anos vigário encomendado da paróquia. Foi quem benzeu a capela de Santo Antonio da Posse, cujos terrenos foram doados por Antonio Manuel Saraiva e Francisco Domingues de Magalhães.

21. CÔNEGO JOÃO EVANGELISTA DA SILVA BRAGA.

— 1892 - 1896

Nasceu a 17 de fevereiro de 1851, na vila do Príncipe, hoje cidade da Lapa, no Paraná. Foram seus pais João Antonio da Silva Braga e Zulmira da Purificação Braga. Depois de terminar o curso do Liceu de Curitiba, matriculou-se no Seminário de São Paulo a 24 de junho de 1870, onde fêz todo o seu curso eclesiástico, juntamente com Monsenhor Manuel Vicente da Silva, também paranaense e um dos mais notáveis oradores sacros dos últimos tempos.

Ordenado sacerdote a 8 de dezembro de 1875, o Padre Braga permaneceu ainda no Seminário por cinco anos, regendo com grande competência as cadeiras de Retórica, Latim e Eloquência Sagrada. Durante êsse tempo fundou e dirigiu o semanário "A Pátria", onde abordava interessantes questões de ordem religiosa e social. Publicou também "O Novo Mês do Coração de Jesus", obra de sólida piedade, que mereceu elogios em Roma e que em pouco tempo se espalhou por todo o Brasil.

Sacerdote de altos merecimentos, o Padre Braga ocupou cargos de relêvo na antiga diocese de São Paulo: foi vigário de Franca, Ponta Grossa e Mogi-Mirim, Secretário do Bispado, Examinador Sinodal, Vigário Geral forense para o Estado do Paraná, com faculdades de Visitador diocesano. Por provisão de Dom Lino Deodato, de 28 de agosto de 1888, foi nomeado Cônego catedrático do Cabido de São Paulo, e no govêrno de Dom Joaquim Arcoverde foi

o Visitador diocesano para tôdas as paróquias do sul de Minas, correspondentes às atuais dioceses de Pouso Alegre, Campanha e Guaxupé.

Nomeado vigário encomendado de Mogi-Mirim, tomou posse do seu cargo a 27 de junho de 1892; vigário da vara a 5 de agosto dêsse ano e pároco colado a 12 de abril de 1893.

Não foi longo o paroquiato do Cônego Silva Braga. A 17 de abril de 1896 encontramos no livro de Óbitos o seu último assentamento: era o térmo de falecimento de sua própria mãe, que viera para Mogi-Mirim em companhia do filho. Esta perda determinou a sua renúncia da paróquia.

Foi um pároco zelosíssimo o Cônego Silva Braga. Foi durante o seu fecundo paroquiato que se construíram as capelas de Santo Antônio da Posse e de Santa Maria de Jaguarí, algum tempo depois elevadas a Sédes paroquiais. Em 1894 erige na Matriz a Via Sacra e adquire para a Igreja um magnífico órgão, construído na Alemanha e orçado, naqueles tempos, em mais de 7 contos. Restaurou também a igreja do Rosário. Teve por coadjutores nessa paróquia os Padres Fernando Capelli e Guilherme Landell de Moura.

Retirando-se para o seu Estado natal, faleceu em Curitiba em dezembro de 1913.

22. PE. JOÃO MANUEL DE CARVALHO.

— 1898

Encontramos em 1898 alguns registros paroquiais assinados pelo Padre João Manuel de Carvalho, que foi pároco de Amparo até êsse ano. Acreditamos que ao deixar aquela paróquia o Padre João Manuel teria servido em Mogi-Mirim como vigário substituto ou Encarregado da paróquia.

Nasceu no Estado do Rio Grande do Norte em 1840. Bem moço ainda deixou-se empolgar pelas lutas políticas de sua Província e em 1867 transfere-se para o Rio de Janeiro, onde é apresentado por Torres Homem ao diretor do “Correio Mercantil”, chave que lhe abre as portas do mundo político, pondo-o em contato com os vultos mais eminentes do partido conservador. O “Correio Mercantil” foi, de fato, naquela época a escola prática da mocidade liberal que em suas colunas ensaiavam as primeiras armas, habilitando-se para conquistar as mais elevadas posições no Parlamento e no Governo do País. Alí se fizeram, entre outros, Silva Paranhos — o Visconde do Rio Branco e Francisco Otaviano.

Como redator dos debates da Câmara dos deputados, do “Correio Mercantil”, o Padre João Manuel assistiu a memorável sessão legislativa de 1868. Redigiu também os jornais políticos “Quinze

de Julho" e "A Nação". Em 1873 é nomeado por Dom Pedro Maria de Lacerda como vigário da Candelária e Comissário da respectiva Irmandade, tendo-se esforçado com muito empenho para obter os recursos necessários ao embelezamento daquele templo magnífico, que é um dos mais suntuosos do Brasil. Deixando êsse cargo no ano seguinte, candidatou-se e foi eleito deputado pela sua Província em duas legislaturas.

A 11 de julho de 1889, quando se apresentava ao Parlamento o gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto, o Padre João Manuel pronunciou contra êle violento discurso que terminava com estas audaciosas palavras: "Abaixo a Monarquia e viva a República". Logo em seguida a esta solene profissão de fé republicana que lhe valeu tantos encômios entusiastas por parte da propaganda, passou, a instâncias de Sampaio Ferraz, a escrever no "Correio do Povo", órgão fluminense do partido republicano, onde diariamente assinava a Crônica Política sob o pseudônimo de "Desmoulins".

O seu violento discurso de 11 de junho provocou a dissolução imediata do Parlamento. Entretanto, 3 dias depois da proclamação da República, completamente desiludido com os primeiros atos do Governo Provisório, publica um manifesto em que declara que abandona a política para se consagrar inteiramente ao seu ministério sacerdotal. Tudo isso é o que nos conta Henrique Barcelos, no prefácio a "Reminiscências" — livro em que o Padre João Manuel enfeixou a coleção de artigos políticos publicados no "O Amparense", em 1895.

Abandonando a política, o Padre João Manuel veio para São Paulo em 1890 e aqui é nomeado vigário de Amparo, por Dom Lino Deodato. Naquela Cidade dirige "O Amparense", fôlha local em cujas páginas publica as suas "Reminiscências", aliás com desabusada liberdade, combatendo rudemente o Governo de Floriano Peixoto. Deixa a paróquia de Amparo em 1898 e parece que é nesta ocasião que serve passageiramente à freguesia de Mogi-Mirim. O Padre João Manuel era tido como orador notável, tendo pregado na Capela Imperial, em cerimônias assistidas pela Côrte e pelos Grandes do Império.

Henrique Barcelos assim arremata aquelas apreciações sôbre êste sacerdote: "Proclamada a República, o Padre João Manuel, atravessando as brumas do futuro com o seu olhar aquilino, publicou um artigo famoso pelos seus eloquentes conceitos. Lembrou-se de que, antes de tudo, era ministro do altar, onde a celebração de um ináudito sacrifício, lembra ao padre o sacrifício de tôdas as ambições terrenas. E, daí, ei-lo pároco numa cidade, no centro de um Estado, longe do bulício impertinente e irritante das capitais...".

23. PE. MIGUEL MARCONDES DO AMARAL.

— 1897 - 1901

Natural de Pindamonhangaba, onde foi batizado a 16 de janeiro de 1848, pelo Padre Assis Salgado, seu parente, o Padre Miguel Marcondes era filho de Inácio Marcondes do Amaral e de Benedita Gonçalves Salgado. Fêz o seu curso filosófico e teológico no Seminário de São Paulo; como porém se achasse vaga a Séde do Bispado, com o falecimento de Dom Sebastião Pinto do Rego, Miguel Marcondes seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de receber as ordens sacras das mãos de Dom Pedro Maria de Lacerda, em 1871.

Em 1878 era vigário de Pirangussú e pouco depois nomeado coadjutor de sua terra natal, onde era pároco colado o Cônego Tobias da Costa Rezende. Em 1897 toma posse da paróquia de Mogi-Mirim, que regeu por espaço de pouco mais de 3 anos.

Retirou-se para o Rio de Janeiro em 1908 e foi capelão da Irmandade do Divino Espírito Santo, de Estácio de Sá.

Pertenciam também à sua família Dom José Marcondes Homem de Melo, Cônego Julio Marcondes e Silva e Monsenhor Claro Monteiro do Amaral. Monsenhor Claro foi trucidado pelos índios quando, a fim de catequizá-los, empreendeu uma audaciosa entrada pelos sertões do Rio Feio.



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CASA CARDONA, DE
PACINI & PICCOLOMINI,
MOGI-MIRIM, E. S. PAULO